

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**EXECUÇÃO DAS OBRAS DA PASSARELA Nº 02, NA ORLA DA BAIÁ AFONSO WIPPEL,**  
**AVENIDA MINISTRO VICTOR KONDER, S/Nº.**

## **1. OBJETIVO**

Oferecer subsídios técnicos e estabelecer as condições necessárias à contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura habilitada para execução das obras da passarela nº 02, na orla da Baía Afonso Wippel, localizada na Av. Ministro Victor Konder (Beira Rio), S/Nº, Bairro Fazenda, no Município de Itajaí/SC.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Trata-se de obra que visa potencializar a notória vocação turística do município e da região litorânea onde o município de Itajaí está inserido.

O projeto aborda a instalação de equipamento público com especial interesse turístico e que proporcionará melhor infraestrutura aos turistas que se utilizam da rota turística, estando em conformidade com diretrizes de “Programa Turismo”, do Ministério do Turismo, tendo como foco principal ações voltadas para desenvolver o turismo local com a implantação e melhoramento da infraestrutura turística.

Além dos moradores locais, o público alvo são os turistas que visitam a região e o município de Itajaí. Pode-se destacar mais especificamente os turistas que visitam a orla fluvial da Baía Afonso Wippel (Beira Rio e Saco da Fazenda), pelo seu apelo paisagístico, com a movimentação de embarcações de lazer no entorno da Marina e a movimentação dos navios de carga e turismo no canal de acesso ao porto, além da proximidade com o Terminal Marítimo de Passageiros.

Trata-se de uma obra de infraestrutura, passarela pedonal sobre espelho d'água, instalação de estrutura para apoio ao turismo de lazer, contemplando, Preparação da área de intervenção, Execução de fundações e estrutura, Execução de serviços complementares, Implantação de mobiliário e sinalização turística e de segurança e, Execução de iluminação pública.

A maior parte dos recursos destinados à execução dessa obra terão como fonte o Ministério do Turismo, sendo as parcelas dos recursos liberadas através da Caixa Econômica Federal, a qual também fará o acompanhamento da execução da obra.

### **3. OBJETO**

Esta licitação tem por objeto a contratação de empresas para a execução do objeto, a saber:

Descrição do Objeto
<b>EXECUÇÃO DAS OBRAS DA PASSARELA Nº 02, NA ORLA DA BAIÁ AFONSO WIPPEL, AVENIDA MINISTRO VICTOR KONDER, S/Nº.</b>

### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários necessários à execução do objeto presente neste processo licitatório são provenientes do Ministério do Turismo, com a seguinte dotação orçamentária:

Ação: 2.223 - Despesa: 487 – Transferência da União 4.4.90.00.00.

Ação: 2.223 - Despesa: 485 – Recurso Ordinário 4.4.90.00.00.

### **5. ORÇAMENTO ESTIMATIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

Descrição	Orçamento Estimativo
<b>EXECUÇÃO DAS OBRAS DA PASSARELA Nº 02, NA ORLA DA BAIÁ AFONSO WIPPEL, AVENIDA MINISTRO VICTOR KONDER, S/Nº.</b>	<b>R\$ 3.794.737,32</b>

É **OBRIGATÓRIA** a apresentação da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**, proposta por parte do licitante contendo a indicação do **BDI**, informando o percentual utilizado na composição do preço (em respeito ao Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União).

Será obrigatória ainda a apresentação das Composições de Preços Unitários – CPUs, para os itens que não possuem composições em tabelas oficiais de referência, a exemplo do SINAPI e SICRO. Para as CPUs das tabelas de referência, é facultada a apresentação das mesmas, porém, caso a licitante opte em não apresentar, não poderá, em nenhum momento, realizar qualquer pleito com coeficiente/quantidade diferentes das CPUs de referência.

O orçamento estimativo de custos foi elaborado conforme levantamento de quantitativos obtidos no projeto, sendo que as unidades dimensionais e os preços foram obtidos conforme os indicadores: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI e pesquisas de mercado.

As planilhas das propostas das licitantes deverão ser preenchidas por profissional legalmente habilitado, devendo constar o seu nome, assinatura e o número do registro do profissional no CREA ou CAU;

Os dispêndios mensais estão estimados conforme cronograma físico-financeiro anexo.

#### **6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

Será considerada vencedora a empresa que apresentar o menor preço global, ou maior desconto e desde que atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital.

O desconto ofertado pela empresa será estendido aos eventuais termos aditivos, em seus percentuais para cada faixa de serviço.

Serão desclassificadas as empresas que apresentarem preço unitário superior ao da planilha do orçamento estimativo de custos do orçamento básico da licitação.

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

As medições serão realizadas mensalmente. Serão medidos somente serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização.

A liquidação e o pagamento serão realizados em até 60 (sessenta) dias, a partir da data da emissão da nota fiscal, a qual será emitida mediante a medição validada e assinada pela fiscalização.

#### **8. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZO CONTRATUAL**

O prazo máximo para execução do objeto será de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura da Ordem de Serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido. O prazo Contratual será de 210 (duzentos e dez) dias.

A contagem do prazo de execução se iniciará conforme a emissão da Ordem de Serviço.

#### **9. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

O Licitante vencedor deverá fornecer Seguro Garantia de Execução, em até 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do Contratante, após a assinatura do Contrato.

## **10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para a fase de habilitação do certame licitatório a empresa proponente deverá comprovar, além da capacidade jurídica, fiscal e financeira, capacidade técnica para a realização do objeto previsto neste Termo de Referência, a saber:

### **7.1) Certificado de Registro da empresa (pessoa jurídica):**

A empresa proponente deverá apresentar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), compatível com o objeto da licitação.

- ➔ Certidão de órgão de classe comprovando registro da empresa ou das empresas do consórcio;
- ➔ Documento de Intenção ou Compromisso de Constituição do Consórcio de empresas para a execução específica deste objeto (caso necessário).

Obs.: - Será permitida a participação de consórcio visando maior competitividade e maior economia na presente contratação.

### **7.2) Certificado de Registro do Profissional (pessoa física):**

Apresentar registro e/ou certidão de inscrição junto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) do(s) responsável(eis) técnico(s) e dos demais profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços, devendo constar, no mínimo, um técnico habilitado para a área de segurança do trabalho e um para a área de meio ambiente.

- ➔ Certidão de órgão de classe comprovando registro de cada profissional;
- ➔ Comprovação de vínculo empregatício de cada profissional.

### **7.3) Capacidade Operacional (pessoa jurídica):**

A empresa proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU/CREA/CFT, ter executado os itens do quadro abaixo:

- ➔ Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- ➔ CAT(s).

<b>ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA</b>	<b>COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA</b>
Cravação de estaca pré-moldada de concreto, em obra de água, com utilização de plataforma flutuante	357,00 m
Execução de deck em madeira tradicional ou ecológica	269,00 m <sup>2</sup>

Obs.: - Quantidades das obras/serviços de relevância técnica, equivalentes a 50% das quantidades previstas na obra da presente contratação.

7.3.1 Para cada um dos itens de relevância técnica acima, será permitida a comprovação de execução de quantitativa mínima, por meio da apresentação de certidão e atestado, provenientes de até 02 (dois) contratos.

7.3.2 Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da(s) certidão(ões) e/ou atestado(s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

#### **7.4) Capacidade Profissional (pessoa física):**

O responsável técnico (pessoa física) deve comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU/CREA/CFT, experiência na execução de obra compatível em características com o objeto licitado.

- ➔ Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- ➔ CAT(s).

#### **7.5) Orientações Gerais:**

A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do profissional. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA/CFT, devidamente atualizada;

Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização, com a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

## **11. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

As Normas Regulamentadoras – NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória por parte da empresa vencedora, bem como as demais leis e normas vigentes, em especial a NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e seus desdobramentos.

A empresa vencedora deverá ter em seu quadro de funcionários, profissional credenciado, habilitado e capacitado em Segurança do Trabalho, que deverá acompanhar os trabalhos do objeto deste TR.

A Prefeitura Municipal de Itajaí poderá, a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço e suspender pagamentos, quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela empresa vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A empresa vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

Para os programas referentes a higiene, segurança e medicina do trabalho, as ações serão permanentes e os relatórios comprobatórios das ações deverão ser entregues na mesma periodicidade dos demais relatórios a serem elaborados na obra.

## **12. GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL**

A empresa vencedora deverá elaborar o Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, incluindo minimamente os seguintes programas sociais e ambientais:

- I. Programa de Segurança da Obra;
- II. Programa de Gestão Ambiental;

Deverão ainda ser incluídos em detalhes, para cada programa específico:

- As técnicas ambientais de construção e as medidas de mitigação a serem aplicadas a cada componente da obra;
- Localização das fontes de agregados (jazidas ou reservas), potencial de produção, condições de implementação e restauração, permissões e/ou autorizações necessárias;

Ressalta-se que para cada programa impreterivelmente deverá ser apresentado: Objetivo; Impacto Ambiental e Social a prevenir/mitigar/compensar/remediar; Local de Desenvolvimento do Programa; Metodologia; Indicadores; Responsáveis; Cronograma de Execução, Recursos Atribuídos (técnicos, administrativo, materiais, equipamentos), específicos por Programa. Apresentar para aprovação prévia da Contratante o Plano de Gestão Ambiental, em caráter preliminar, dentro de 10 (dez) dias, contados da data de assinatura da Ordem de Serviço (a ser aprovado pela fiscalização do Município de Itajaí).

As ações e/ou controles serão permanentes e comprovadas através de relatórios periódicos, conforme prescrito no item 10.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Adotar critérios de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) como responsabilidade da empresa na obra, incluindo a entrega de relatórios, os quais devem incluir também informações sobre o andamento da obra. A entrega dos relatórios será mensal, semestral e um relatório completo na conclusão das obras.



Abertura (obrigatória) do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006 - Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí, tão logo seja assinada a Ordem de Serviço pela Contratante, mantendo-o devidamente atualizado durante a execução da obra e presente no canteiro de obras, de forma que seja de fácil acesso para fiscalização.

Manutenção de todos os projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ARTs/RRTs/TRTs, alvarás e qualquer licença e/ou autorização, presente no canteiro e que seja de fácil acesso para fiscalização de obra e contrato.

Todo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, transporte de pessoal, alimentação, hospedagem, obrigações fiscais e sociais, seguros por danos pessoais, materiais, responsabilidades técnica e civil, correrão à custa exclusiva da empresa vencedora.

O pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

Toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista previdenciária, de acidente de trabalho gerada por força de vínculo contratual de pessoal e acidentes, é de responsabilidade única e exclusiva da empresa vencedora, eximindo a contratante de qualquer ônus.

A responsabilidade técnica engloba todas as normas estipuladas pelo órgão controlador da atividade profissional e demais legislações vigentes, portanto a empresa vencedora deverá providenciar junto ao CAU, CREA ou CFT as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica - ART's, RRT's ou CRTs, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção da medição.

Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos.

É de inteira responsabilidade da empresa vencedora a fiel e completa execução dos serviços, em conformidade com o projeto e Memorial Descritivo do objeto, de forma que a obra seja concluída de acordo com a boa técnica e as normas específicas vigentes.

A empresa vencedora deverá contar com equipe tecnicamente qualificada e especializada, maquinário e equipamentos considerados essenciais para a boa execução dos serviços previstos na obra objeto deste TR, não sendo admitido alegar a impossibilidade de execução ou atraso pela falta ou indisponibilidade deste(s).

Manter sempre em serviço um encarregado/supervisor preparado para responder prontamente pela empresa junto à fiscalização.

Manter a área de obra e seu entorno totalmente limpas e seguras, com a completa sinalização de obra necessária.

Deverão ser observadas pela empresa vencedora todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas, necessárias à preservação da integridade de seus colaboradores, do patrimônio público e dos usuários.

Refazer qualquer trabalho que não obedeça aos elementos do projeto e demais disposições contratuais, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes desta correção/reparo.

Respeitar e cumprir todas as recomendações estabelecidas no Licenciamento Ambiental.

A empresa vencedora deverá manter um técnico devidamente habilitado e capacitado – PREPOSTO em tempo compatível com a carga horária mínima prevista em planilha orçamentária, exclusivo nas dependências do local, no horário e nos dias da prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento destes, dotado de poderes para controlar a frequência, pontualidade, dirimir dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do objeto.

O(s) responsável(is) técnico(s) e demais profissionais técnicos (habilitado em Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Auxiliar de Engenharia ou Encarregado Geral, e demais profissionais), deverão participar com assiduidade na condução dos serviços realizados pela empresa vencedora.

Por ocasião do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, deverá ser fornecido um “as built” do Projeto Executado.

Fixar placa de obra conforme modelo a ser fornecido pela Caixa Econômica Federal.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Disponibilizar todos os dados, projetos, detalhes técnicos ou informações técnicas, para a boa execução do objeto.

Fazer a gestão e fiscalização do contrato e do objeto.

Emitir a Ordem de Serviço, para início do prazo de execução, sendo a execução acompanhada e fiscalizada por técnicos designados pelo Município, e pelos técnicos da Caixa Econômica Federal.

Realizar os Boletins de Medição mensais, baseados nas avaliações dos serviços realizados, os quais serão feitos pela Equipe de Fiscalização designada pelo Município.

Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa vencedora serão medidos mensalmente pela Fiscalização do Município de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: Responsável Técnico da empresa vencedora e pelo(s) Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante.



Fiscalizar o andamento da obra, que será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser adequado conforme a necessidade do Município, verificada no decorrer do contrato.

#### **15. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

Para o recebimento das obras, serviços e/ou dos materiais fornecidos será designada uma comissão para recebimento, que vistoriará as obras e serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo não superior a 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ou PROVISÓRIO, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da empresa contratada.

O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a empresa vencedora das obrigações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### **16. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As especificações dos procedimentos a serem adotados em todas as etapas do trabalho estão contidas no projeto e no memorial descritivo. Todas as dúvidas com relação à obra deverão ser apresentadas por escrito a Fiscalização.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, do edital, dos projetos, das especificações técnicas, dos memoriais, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes.

No caso de haver a subcontratação, deverá estar limitada a 50% do valor total a ser contratado. De todo modo, a contratada se obriga a comprovar à Fiscalização a devida capacidade técnica da subcontratada por intermédio de CAT de execução de obra e/ou serviço similar ao subcontratado, assim como a documentação necessária que comprove estar em dia com suas obrigações, jurídica, fiscal e financeira, sob pena de não ter a subcontratação aprovada pela Fiscalização;

A fiscalização, na fase de execução da obra, poderá exigir que alguns serviços sejam executados de forma amostral, para que a execução da totalidade desses serviços na obra, de fato ocorram após aprovação da fiscalização.

A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos serviços ora contratados e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado ou União.

A empresa vencedora ficará responsável por todos os serviços contratados, bem como obrigações civis, trabalhistas, previdenciárias, de acidente de trabalho, geradas por força de vínculo contratual de pessoal e correspondentes a todos os trabalhadores que estiverem efetivamente executando serviços na obra, independente de subcontratação ou execução direta, incluindo qualquer tipo de encargos sociais, eximindo a contratante de qualquer ônus.

Os itens de “Administração Local e Canteiro de Obras” terão seus pagamentos proporcionalmente ao andamento físico da obra.

Este documento e seus anexos serão parte integrante do contrato a ser firmado entre o Município de Itajaí e a empresa vencedora do certame.

## **17. ANEXOS**

Fazem parte integrante e indissociável deste edital:

- Estudo Técnico Preliminar;
- Análise de Riscos e Matriz de Alocação de Riscos;
- Projeto de Execução;
- Memorial Descritivo;
- Orçamento Estimativo de Custos;
- Composição de Preços Unitários – CPUs;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Composição do BDI;
- A.R.T. do Projeto e do Orçamento;
- Ato de designação de Fiscais, e Anexo 01 para o TCE;
- Licenciamento Ambiental;
- Modelo de Placa de Obra;
- Modelo de Planilhas de Orçamento;
- Modelo de Diário de Obras;

Itajaí, 08 de maio de 2024.

---

Rafael Albuquerque  
Arquiteto e Urbanista  
CAU/SC A36589-0 / Mat. nº 1389103

---

Joelcir Zatta  
Engenheiro Civil  
CREA/SC 98011-0 / Mat. nº 1826201